

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras

Ciências Humanas

Ciências Sociais

Outubro Ano 07 nº 15 vol.1

2011

2011

2011

Niterói – Rio de Janeiro

Revista Querubim 2011 Ano 07 n° 15 – Vol. 1 – 187p. (outubro – 2011)
Rio de Janeiro: Querubim, 2011 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais –Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Italia)
Carlos Walter Porto-Goncalves (UFF - Brasil)
Darcilia Simoes (UERJ - Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana - Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla - Espanha)
Virginia Fontes (UFF - Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Andre Silva Martins
Elanir França Carvalho
Enéas Farias Tavares
Guilherme Wyllie
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luiza Helena Oliveira da Silva
Marcos Pinheiro Barreto
Paolo Vittoria
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vanderlei Mendes de Oliveira
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Homens e mulheres bruscos em tempos pós-modernos: ponderações feitas sobre o baldrame conceitual de teóricos críticos – Alessandro Eleutério de Oliveira	04
02	O ensino de filosofia no pensamento de Michel de Montaigne – Antonio Carlos Lopes Petean	09
03	O professor de ciências da educação infantil e sua prática pedagógica: um olhar sob a LDB 9394/96 e o RCNEI - Catia Cilene Leite Santana, Severina Alves de Almeida, Jeane Alves de Almeida, Fábio de Jesus Castro e Denyse Mota da Silva Ataíde	14
04	Descrição de uma proposta de análise de erros na interlíngua – Chris Royes Schardosim	22
05	As representações sociais no trabalho do acadêmico-professor – Cláudia Fernanda Freitas Maia, Maria Ieda Almeida Muniz e Arlete Ribeiro Nepomuceno	29
06	Pedro Kilkerry, um poeta esquecido – José Omar Rodrigues Medeiros e Danglei de Castro Pereira	36
07	“Fronteiras da diversidade”: entre-lugares e desafios” – Denise Marcos Bussolleti e Cristiano Guedes Pinheiro	44
08	As tecnologias da informação no dispositivo pedagógico – Douglas Rossi Ramos e Hélio Rebello Cardoso Júnior	51
09	A escola no mundo do entretenimento: uma reflexão sobre a série de televisão Manual de Sobrevivência Escolar do Ned – José Carlos dos Santos Debus	59
10	O lúdico e a infância a partir do livro “O fazedor de amanhecer”, de Manoel de Barros Rodrigo da Costa Araujo e Elizabeth da Silva	65
11	Sentidos selados, selados sentidos: uma análise discursiva para além das latinhas – Laura Vilela e Souza, Fabio Scorsolini-Comin e Leda Verdiani Tfouni	73
12	A alfabetização na pré-escola e a psicogênese da língua escrita: cognição e aprendizagem na primeira infância – Francisco Edviges Albuquerque, Severina Alves de Almeida, Maria Conceição J Ranke, Denyse Mota da Silva Ataíde e Gislene Pires de Camargos Ferreira	82
13	Da leitura ao letramento digital: a formação do sujeito/leitor do PARFOR UFT (Araguaina-TO) em perspectiva – Denyse Mota da Silva Ataíde e Maria José de Pinho	89
14	A necessidade da capacitação em educação ambiental e turismo dos professores do ensino fundamental da Escola Municipal Professora Palmira Barbosa - Santa Cruz/RN – Gilmara Barros da Silva e Kettrin Farias Bem Maracajá	96
15	A internet como ferramenta de ensino-aprendizagem – Gislaine André Baptista Canuto, Rogério Zanetti Gomes, Lilian Salete Alonso Moreira Lima, Marcelo Silvio Lopes e Sonia Maria Mendes França	104
16	A qualidade de vida nas cidades a partir da gestão ambiental e da disposição do paisagismo urbano: a cidade de Araguaína (TO) em perspectiva – Gizelda Pereira de Araújo, Juci Ney Santos Vasconcelos, Severina Alves de Almeida, Jeane Alves de Almeida e Gecilane Ferreira	111
17	Diccionario español monolingüe: su potencialidad en las clases de español/le para brasileños – Glauber Lima Moreira e Antonio Luciano Pontes	119
18	A fantasia e a imagem na literatura irlandesa contemporânea: apresentando Jon Berkeley e <i>The wednesday tales</i> – Gustavo Vargas Cohen	127
19	Linguagem ou metalinguagem? Eis o embate! - Hélder Sousa Santos	133
20	Água e imaginário popular: a boiúna e os índios Tocantins – Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira e Hilda Gomes Dutra Magalhães	147
21	Análise crítica do tratamento da linguagem pela mídia – Julia Maria da Conceição Neta e Ivandilson Costa	154
22	Um olhar histórico à questão da cópia e do plágio – Ivy Judensnaider	160
23	Origens e desenvolvimento das teorias curriculares no Brasil: desafios e perspectivas no contexto da globalização – Jeane Alves de Almeida, Severina Alves de Almeida, Francisco Edviges Albuquerque, Gislene Pires de C. Ferreira e Maria Conceição J. Ranke	167
24	Metodologias utilizadas na educação de alunos alto habilidosos/ superdotados – Karina Inês Paludo	174
25	A solidão do homem contemporâneo na peça <i>Reunião de Família</i> , de Caio Fernando Abreu – Kelly Cristina Eleutério de Oliveira	181

UM OLHAR HISTÓRICO À QUESTÃO DA CÓPIA E DO PLÁGIO

Ivy Judensnaider

Economista e Mestra em História da Ciência pela PUC/SP

Professora do Ensino Superior

Coordenadora do curso de Ciências Econômicas

Universidade Paulista *Campus* Marquês de São Vicente/SP

Resumo

Este texto discute alguns aspectos históricos relacionados à cópia e ao plágio, investigando seus usos e suas aplicações no período renascentista. A idéia subjacente à essa reflexão é aquela que entende essas práticas como resultado de determinado contexto histórico-cultural. Dessa forma, pretende-se contribuir para o debate sobre as modalidades hodiernas de sua utilização e sobre as atuais dificuldades dos sujeitos-autores (em geral, nossos discentes) quando da produção textual.

Palavras-chave: plágio, cópia, representação da realidade, autoria, Renascença.

Abstract

This work discusses some historical aspects related to copy and plagiarism, investigating its uses and applications in the renaissance period. The underlying idea to this reflection is the one that comprehends its practices as a result of a specific cultural and historical context. In such way, it intends to bring further contribution to the debate of modern modalities of its using and its contemporary difficulty for authors (in general, our students) when it comes to text production.

Key-words: plagiarism, copy, reality representation, authorship, renaissance

Considerações Iniciais

Há anos, a questão do plágio ou da cópia (aqui definidos como apropriação indevida da obra de outrem) vem ocupando espaço nos debates entre educadores, especialmente daqueles responsáveis pelo acompanhamento de alunos envolvidos com a redação de monografias e trabalhos de conclusão de cursos de bacharelado. Essa prática nos chega sob diversas maneiras: em geral, ela se revela ou na cópia pura e simples de texto de autoria alheia, sem que seja feita a devida referência, ou na troca de palavras para disfarçar a cópia de um texto (procedimento esse a que chamamos aqui de criação de “falsas paráfrases”). Resultado do desrespeito aos direitos autorais de outrem, essa prática fere o autor (copiado ou plagiado) e sujeita à penalidade quem a comete.

A proposta desse artigo é discutir o plágio e a cópia no período renascentista, mostrando que, àquele contexto, essas práticas não eram percebidas como criminosas ou desaconselháveis: ao contrário, eram formas legítimas de propagar idéias e obras. A contextualização, assim, serve de pretexto para o debate sobre as modalidades hodiernas da utilização do plágio e da cópia, abrindo espaço, portanto, para a própria reflexão sobre as condições de possibilidade que marcam e abrem espaço para o fazer científico.

No nosso tempo, a autoria certifica a veracidade e a importância do discurso que assina: ela nos dá a indicação sobre “quem fala” e é essa atribuição que permite que saibamos sobre a autenticidade, a originalidade e o contexto em que esse discurso é produzido. É a autoria uma das funções próprias do sujeito: é autor aquele que se percebe como sujeito do conhecimento, como sujeito capaz de pensar e criar com autonomia. Para Silva (2008), o autor seria o sujeito exercendo

a sua capacidade de “criar discursos com sentido, a partir da tessitura de palavras [...] Ao mesmo tempo em que o sujeito escreve, tece o seu texto (tarefa árdua, mas necessária!), descobre seu método próprio de dizer e significar o mundo; nele, mostra-se, expõe-se à luz do seu próprio discurso” (*idem*, p. 364). Forjando seu “eu”, o autor revelar-se-ia nas palavras, misturando sujeito e palavra:

o sujeito ao escrever inscreve-se também nas entrelinhas do seu texto, traça seu perfil na textura do seu dizer, a sua identidade; nele, fundo e forma confundem-se e fundem-se. Dessa maneira, seguindo as pegadas do ato de escrever do sujeito, poder-se-á percebê-lo no dito e no não-dito da sua escritura, em que deixa suas nuances, suas marcas, constituindo-se como autor (*ibidem*, p. 364)

Embora a detecção do plágio não seja tarefa difícil, o seu resultado (qual seja, a reprovação do trabalho discente) está longe de resolver o problema. Para os educadores, persiste a questão: como conduzir os alunos ao entendimento do significado da apropriação indevida do trabalho de outrem? Uma estratégia possível, e que esse artigo privilegia, é aquela representada pela reflexão a respeito de alguns desenvolvimentos históricos relacionados à prática da cópia e do plágio, em particular no período renascentista. Se “a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências” (FOUCAULT, 1969⁶², p. 54), a investigação de alguns aspectos históricos relativos ao seu desenvolvimento pode se mostrar extremamente produtiva.

A inexistência de autoria: a indistinção entre o observado e o relatado

Uma história conhecida, e bastante interessante, nos serve de mote: segundo Cole (1953), um espécime indiano de rinoceronte foi apresentado pelo Sultão de Guzerat à Missão Portuguesa na Índia, e chegou em Lisboa no ano de 1515. Com base na descrição de um artista português, Dürer fez o desenho⁶³. “Dürer jamais havia visto um rinoceronte, vivo ou morto, quando fez o desenho” (Cole, 1953, p. 339). Assim, essa representação do rinoceronte teria sido aceita como legítima por mais de dois séculos, e inúmeros outros da mesma forma o representariam, inclusive utilizando a matriz da gravação em madeira de Dürer (por exemplo, Gesner⁶⁴, em 1551 e 1560, Giovio em 1556 e Ambroise Pare em 1573).

Podemos nos questionar a respeito da representação tão fantasiosa do rinoceronte. Foucault (2002), ao investigar o saber do século XVI, dirá:

quando se tem de fazer a *história* de um animal, inútil e impossível escolher entre o ofício do naturalista e o de compilador: o que é preciso é recolher, numa única e mesma forma do saber, tudo o que foi *visto* e *ouvido*, tudo o que foi *contado* pela natureza ou pelos homens, pela linguagem do mundo, das tradições ou dos poetas. Conhecer um animal, ou uma planta, ou uma coisa qualquer da terra, é recolher toda a espessa camada dos signos que puderam ter sido depositados neles ou sobre eles” (Foucault, 2002, p. 55).

⁶² Tradução nossa. A conferência (presidida por Jean Wahl) foi editada pelo Bulletin da Sociedade Francesa de Filosofia, e a ela adicionadas as intervenções de Jean d'Ormesson, L. Goldman, M. de Gandillan, J. Lacan e J. Ullmo.

⁶³ Disponível em: <http://www.princeton.edu/~his291/Durer_Rhino.html>. Acesso em: 11 de julho de 2010.

⁶⁴ Disponível em: <<http://australianmuseum.net.au/image/Rhinocerus-from-Icones>>. Acesso em: 11 de julho de 2010.

O rinoceronte representa no desenho tudo o já dito sobre ele, desde os comentários dos viajantes até o transmitido por lendas e fábulas, “o comentário se [assemelhando] (...) indefinidamente ao que ele comenta e que jamais pode enunciar” (*idem*, p. 57). Nesse contexto, imagens e ilustrações cumpririam um papel de suma importância: segundo Rossi (2001), “a insuficiência das descrições verbais dependia também da ausência de uma linguagem técnica, [as xilogravuras, gravuras e águas-fortes tornando ‘visíveis’ as observações e dando materialidade] aos atos de conhecimento científico da realidade natural” (Rossi, 2001, p. 93), e é nessa perspectiva que devemos analisar os trabalhos de outros grandes ilustradores, como Aldrovandi e Vesalius. Naquele momento, segundo Rossi (2001), tratava-se de compreender a ilustração como forma de convergência entre a teoria e a observação direta, entre o trabalho manual e o intelecto, Fábulas, lendas, relatos da Escritura, relatos de viajantes, conhecimentos prévios, tudo podia compor o que a ilustração se propunha representar.

É importante lembrar: nesse momento, não há distinção entre o observado e o relatado, pois não há a idéia de representação ou de significação; não há distância entre o que existe e o que é dito, pois a realidade é vista por meio de um “espelho mágico” que é capaz de tudo captar e que apenas reflete a ausência manifestada do que se vê e de quem vê. Para Foucault (2002), “a invisibilidade profunda do que se vê é solidária com a invisibilidade daquele que vê” (*idem*, p. 20) e, assim,

entre as marcas e as palavras, não difere a observação da autoridade aceita ou o verificável da tradição. Por toda a parte há somente um mesmo jogo, o do signo e o do similar, e é por isso que a natureza e o verbo podem se entrecruzar ao infinito, formando, para quem sabe ler, como que um grande texto único” (*ibidem*, p. 47).

Nesse contexto, não há porque falar em autoria.

A cópia: os rinocerontes e os aparatos para destilação

Seria possível entendermos as cópias de Dürer como sendo práticas típicas de plágio? Só podemos responder positivamente a essa pergunta se o fizermos de forma anacrônica: não existe autorialidade no sentido de propriedade intelectual, tal como o entendido atualmente. Para Foucault (1969),

os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (outros que não personagens míticas ou figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores. Na nossa cultura (e, sem dúvida, em muitas outras), o discurso não era, na sua origem, um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um ato - um ato colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo. Historicamente, foi um gesto carregado de riscos antes de ser um bem preso num circuito de propriedades. [Dessa forma, só se instauraria] (...) um regime de propriedade para os textos, assim que se promulgaram regras estritas sobre os direitos de autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução, etc. - isto é, no final do século XVIII e no início do século XIX (*idem*, p. 61/2)

Portanto, o que podemos fazer é, *anacronicamente*, falar do plágio dos que copiaram as ilustrações de Dürer, Aldrovandi e Vesalius, agindo como se autores tivessem sido. Ressaltamos o advérbio porque, do ponto de vista dos séculos XVI e XVII, não havia estranhamento algum em se utilizar a mesma matriz de determinada gravura por outros autores. Foram feitas inúmeras cópias

do desenho de Dürer ao longo de quase duzentos anos (e vale a pena salientar: Gesner teria sido um dos únicos a reconhecer o papel de Dürer, todos os outros ‘copiadores’ sugerindo que também haviam visto o animal), como também foram copiadas outras ilustrações.

As ilustrações de aparatos para destilação se constituem em outro exemplo: “as matrizes das ilustrações químicas da obra de Brunschwig [1450 – 1512, cirurgião alsaciano] foram amplamente utilizadas, reutilizadas, recompostas, recondicionadas, reentalhadas e copiadas durante todo o século XVI” (BELTRAN, 2000, p. 47). Segundo Beltran, tais imagens circularam “durante cerca de um século pelas páginas das reedições da obra de Brunschwig e por livros de outros autores, essas imagens (...) [passando] a constituir um padrão” (*idem*, p. 60).

Ainda, outro fato deve ser levado em consideração: àquele momento, os “copiadores” são tão importantes quanto os “autores”. Eco (2003), ao descrever os monges que trabalhavam na biblioteca da Abadia em que transcorre a ação de seu romance, *O Nome da Rosa* (dir. Jean-Jacques Annaud, 130 minutos, 1986), fala de copiadores, tradutores, comentaristas e miniaturistas, que, num mundo sem imprensa, são os responsáveis por divulgar as idéias dos pensadores e filósofos. Sei que entre os monges que vivem convosco muitos vêm de outras abadias espalhadas pelo mundo inteiro: uns por pouco tempo, a fim de copiar manuscritos inencontráveis algures e leva-los em seguida à própria sede, não sem ter trazido, em troca, algum outro manuscrito raro que vós copiareis e guardareis em vosso tesouro (Eco, 2003, p. 43)

Não havia porque qualificar negativamente a atividade da cópia. Pelo contrário, ela era peça fundamental da tarefa na qual estavam envolvidos os pensadores e filósofos da Renascença: eram eles que se empenhavam em apreender os mecanismos da aquisição do conhecimento, as relações entre o humano e o divino, a química e todos os fenômenos terrenos e divinos, o material e o imaterial, os céus e as estrelas. Esse se configurava como o principal empreendimento humano e a questão da autoria das idéias importava menos do que a propagação de um saber que permitiria a todos o conhecimento da natureza criada por Deus.

A autoria dispersa entre as múltiplas cópias e a veneração pelos Antigos

Quando surge a idéia de autoria, ou melhor, quando a autoria passa a ser importante para a qualificação ou determinação do estatuto de determinado texto? Na Idade Média, a autoria era conferida com o objetivo de dar credibilidade às idéias, não sendo necessária que essa atribuição fosse comprovada de alguma forma.

“A veneração dos antigos é uma característica familiar do humanismo renascentista. A busca de novos textos clássicos se intensificou no século XV, quando cada novo descobrimento era celebrado como uma verdadeira proeza” (DEBBUS, 1996, p. 22). Em função disso, diziam ser de Platão textos que não eram de Platão; diziam ser de Aristóteles idéias que não eram de Aristóteles: a verdade buscada estava contida nos manuscritos originais e as obras dos filósofos gregos (e que haviam sido preservadas pelos bizantinos) eram traduzidas do árabe para o hebraico. Esse processo contínuo de traduções também cumpriria o papel de adaptar, censurar ou modificar o pensamento original (em especial, de Aristóteles⁶⁵), de acordo com o pensamento dogmático da Igreja. A menção à autoridade conferia legitimidade às idéias, embora nem sempre essa autoria fosse verdadeira.

⁶⁵ As traduções preocupavam-se, em especial, na captação correta daquilo que os idiomas pagãos não haviam entendido anteriormente e resultavam em verdadeiros malabarismos para “cristianizar” os textos aristotélicos (ALFONSO-GOLDFARB, 1994).

Diziam ser de Hermes Trismegisto uma série de textos que “pareciam ter tanta importância que Cosme de Médicis insistiu para que Marsilio Ficino (1433-1499) traduzisse o *Corpus hermeticum*, recentemente descoberto (desde 1460), antes que as obras de Platão e Plotino” (DEBUS, 1996, p. 24/). E quem havia sido Hermes Trismegisto?

Teria havido um primeiro Hermes, Hermes Thot, ou Hermes-Mercúrio (dependendo da tradição em que for contada essa lenda) que aprendera todas as artes diretamente com os deuses e depois as ensinaria a seu filho ou neto, Hermes o três vezes grande, ou Trismegistu. Este, por sua vez, ao prever o dilúvio [pois a arte divinatória seria uma das artes], escreve em tábuas de pedra esses conhecimentos, escondendo-os para preservá-los da catástrofe. Depois da grande inundação, as tábuas foram levadas ao Egito, dando sequência ao aprendizado das artes” (ALFONSO-GOLDFARB, 1994, p. 14).

Supunha-se que os textos herméticos, reunidos no *Corpus hermeticum*, teriam sido usado como fontes para os pensadores como Platão e Aristóteles. No entanto, o que os homens da ciência estavam lendo “não era a sabedoria egípcia, um pouco posterior à dos patriarcas e profetas hebreus, e muito anterior a Platão e aos demais filósofos da Antiguidade grega, dos quais todos – segundo a crença dos magos da Renascença – haviam bebido da fonte sagrada”(YATES, 1987, p. 14): esses textos haviam sido efetivamente redigidos pelos primeiros cristãos platônicos, e o erro histórico tratava de manter viva a lenda dos textos herméticos até quase o período das origens da ciência moderna. Para Foucault (1969),

os textos que hoje chamaríamos científicos, versando a cosmologia e o céu, a medicina e as doenças, as ciências naturais ou a geografia, eram recebidos na Idade Média como portadores do valor de verdade apenas na condição de serem assinalados com o nome do autor. ‘Hipócrates disse’, ‘Plínio conta’ não eram, em rigor, fórmulas de um argumento de autoridade; eram indícios que assinalavam os discursos destinados a ser recebidos como provados (Foucault, 1969, p. 62).

A divulgação da ideia era mais importante do que o próprio autor por ela responsável. Essa estratégia como forma legítima de divulgar determinada ideia ou obra também ocorria na Literatura, sendo o plágio extremamente útil na disseminação das ideias:

antes do Iluminismo, o plágio tinha sua utilidade na disseminação das ideias. Um poeta inglês podia se apropriar de um soneto de Petrarca, traduzi-lo e dizer que era seu. De acordo com a estética clássica da arte enquanto imitação, esta era uma prática perfeitamente aceitável. O verdadeiro valor dessa atividade estava mais na disseminação da obra para regiões onde de outra forma ela provavelmente não teria aparecido, do que no fortalecimento da estética clássica. As obras de plagiadores ingleses como Chaucer, Shakespeare, Spenser, Sterne, Coleridge e De Quincey ainda são uma parte vital da tradição inglesa e continuam a fazer parte do cânone literário até hoje” (Critical Art Ensemble *apud* Silva, 2008, p. 359).

A atribuição de autoria a determinado discurso conferia a ele legitimidade e trânsito livre. Para os pensadores renascentistas que buscavam a harmonia entre os vários sistemas filosóficos colocados à sua disposição, a atribuição já era suficiente: bastava-se acreditar na origem das ideias, e se elas tivessem chegado até ali por meio de traduções ou dos esforços de comentaristas, isso não resultava em prejuízo algum. Se os autores não eram exatamente aqueles nomeados e identificados, bem que poderiam ter sido.

Considerações Finais

As noções hodiernas de autoria pressupõem o distanciamento entre a realidade e sua representação, tida como resultado da ação do sujeito do conhecimento. Ainda, compreendem o autor como dono legítimo de seu discurso e, assim, detentor de benefícios a serem auferidos em função dessa propriedade.

As discussões sobre a cópia e o plágio costumam tratar a questão da representação da realidade e da propriedade intelectual como *dadas*, e não como *resultado de transformações históricas*. Dessa forma, a investigação desses mecanismos de apropriação indevida na Renascença nos permite compreender que, em um tempo em que a similitude desempenhava o papel de fio condutor do saber, eles eram praticamente invisíveis; que, em algum tempo, eles se prestaram a divulgar um saber pelo qual todos estavam ansiosos; que, em certos momentos de nossa história, eles tiveram o mesmo valor que à suposta autoria era atribuído.

Ao pensar de forma a-histórica, essas práticas (as de plágio e de cópia) deixam de ser reconhecidas como “códigos fundamentais de uma cultura” (FOUCAULT, 2002, p. XVI); ao ignorarmos a história das idéias, perdemos a chance de entender esses códigos como sinais de ruptura ou de continuidade do fazer científico e dos desdobramentos dele resultante.

A história, aqui, não é recomendada apenas para o exercício fácil da busca de diferenças e de semelhanças; tampouco se imagina que ela possa se prestar à tarefa de estabelecer melhores ou piores formas de ver/representar a realidade: acima de tudo, ela enuncia as leis e princípios que, ao longo do tempo, serviram de guia aos que empreenderam a tarefa de conhecer, interpretar e transformar o mundo.

Reconstruir historicamente essas leis e esses princípios, supõe-se, pode contribuir positivamente para a compreensão da cópia e do plágio como práticas relacionadas a determinados contextos e a determinadas possibilidades de aquisição do conhecimento; em consequência, pensar em termos de possibilidades existentes nos habilita à reflexão sobre o nosso próprio contexto, esse que é vigente e que carrega consigo as marcas da ordem a partir da qual estruturamos nossa linguagem, nossas técnicas e nossos valores.

Referências bibliográficas

- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. Questões sobre a hermética: uma reflexão histórica sobre algumas raízes pouco conhecidas da ciência moderna. *Vozes: Cultura*, São Paulo, n.4, p.13-20, 1994. Julho-agosto.
- BELTRAN, Maria Helena Roxo. *Imagens de magia e de ciência: entre o simbolismo e os diagramas da razão*. São Paulo: Educ, 2000. 143 p. Originalmente Tese (Doutoramento) em Comunicação e Semiótica, PUC-SP, 1996.
- COLE, F. J.. The History of Albrecht Dürer's Rhinoceros in Zoological Literature. In: UNDERWOOD, E. A .. *Science, Medicine and History*. London: Oxford University Press, 1953. p. 337-356.
- DEBUS, Allen G. *El Hombre y la Naturaleza en el Renacimiento*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- ECO, Humberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Tradução de Salma Tannus Muchail.

FOUCAULT, Michel, 1969, [S.l.]. *¿Qué es un autor?: Conferência*. Bulletin: Sociedad Francesa de Filosofía, 1969. Disponível em: <<http://netart.incubadora.fapesp.br/portal/midias/foucault.pdf/view>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, Sp: Edusc, 2001. 494 p. Tradução de Antonio Angonese.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade. *Revista Brasileira de Educação*, [s.l.], v. 13, n. 38, p.357-414. Maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

YATES, Frances Amelia. *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*. São Paulo: Cultrix, 1987.

Enviado – 27/07/2011

Avaliado – 15/10/2011